

A Praga do Beletrismo

Luiz Costa Lima (PUC Rio)

O fato de este convite vir de uma instituição sediada em Brasília talvez tenha provocado em mim uma reação quixotesca. Quixotesca porque, depois de algum outro combate contra algo mais palpável e agressivo do que carneiros ou moinhos de vento, entusiasmado, me disse: quem sabe se, falando próximo à sede do poder, algo do que venha a dizer não seja ouvido por alguma autoridade, com força e competência na área específica de que tratarei. Por essa razão, meu primeiro impulso foi fazer um exame técnico do currículo de letras – do que hoje dizem-me chamar-se fluxograma de orientação – e de pedir a amigos que ensinam no estrangeiro uma informação sobre como seu departamento acolhe seus alunos, com o propósito de estabelecer uma comparação com o que se faz entre nós. Logo entretanto me disse que, se levasse a cabo esse propósito, estaria apenas me preparando para outra decepção. Ainda que, na melhor das hipóteses, minhas observações chegassem aos ouvidos de alguma autoridade adequada, não seria de esperar que ela atendesse, sequer em linhas gerais, o que ali sugerisse. Por isso mantive muito pouco do que resultara daquele primeiro impulso. O que então guardei é formulável em mínimas linhas. A elas dedico o que de imediato se segue.

Em primeiríssimo lugar, chama a atenção o número absolutamente excessivo de matérias pedagógicas. Embora saiba que há possibilidade de mudanças na efetiva concretização do fluxograma, então variável de uma faculdade ou departamento para outro, faz sentido pensar que essas variações não afetam o espírito da organização proposta. Podia por isso basear-me no quadro que me foi fornecido. Não é preciso mais do que contar para que se apresente um resultado surpreendente e escandaloso. Ele contém um elenco de nove matérias pedagógicas, contra oito de língua portuguesa, quatro de literatura brasileira, quatro de literatura portuguesa,

quatro optativas de teoria, três de grego genérico, três de latim genérico, duas de literatura comparada, duas de prosa e ficção africanas, duas de fundamentos da cultura brasileira, duas de literatura e cultura latino-americana, uma de cultura portuguesa, uma de fundamentos da filologia românica.

Pergunto-me, desde logo, qual a razão de tamanha ênfase pedagógica. Será que o ato de ensinar exige técnicas tão requintadas que o aluno precisa, para internalizá-las, dispor tempo maior do que o que levará em aprender as normas gramaticais da língua que, ao entrar no curso de letras, já falava? Não considero sequer os comentários que recolhi de alunos de letras de algumas universidades brasileiras. O que me transmitiram sobre os currículos pedagógicos que foram e são obrigados a seguir era tão desastroso que sua reprodução poderia se confundir com piadas de mau gosto. Basta-me por isso chamar a atenção para o próprio realce do pedagógico em um leque curricular, ao mesmo tempo fragmentado e restrito. Fragmentado, basicamente, pela divisão esquizo entre teoria e literatura brasileira. A distinção em si já é ridícula, pois não pode haver teoria sem operacionalização, que, no caso, seria fornecida pela intensa leitura anterior do objeto literário, nem pode haver estudo de alguma literatura sem algum embasamento teórico. Não se trata de repetir a antiga pergunta: que vem antes, o ovo ou a galinha? Em seu lugar, diria, nenhum ovo será reconhecido como de galinha se antes já não houver a extrema diferenciação entre as espécies originadas de um ovo. Para ser mais concreto, recorro a um exemplo usado por Valéry em algum ensaio que agora não recordo. Dizia ele que, certa vez, caminhando, encontrou-se a assoviar uma melodia que não conseguia identificar como já escutada. Teria criado sem saber um fragmento musical? Teria então corrido para casa para recolher aquilo com que o acaso lhe presenteara. Mas como recolhê-lo se não sabia escrever música? Algo de semelhante sucede com o leitor de uma peça literária. Se lhe ocorre uma idéia de como entendê-la, não terá meios de saber se seu “achado” tem ou não aspas se não souber “escrever” ao menos um rudimento de teoria. Pode-se replicar que a analogia não é correta, porque aquele que leu e teve tal “achado”, pelo menos sabe escrever na

língua em que efetuou a leitura do texto que o inspirou. É verdade. Mas o que torna a analogia imperfeita também torna mais difícil a resolução sobre a qualidade ou não do “achado” interpretativo. Ou seja, o simples fato de o falante saber uma língua faz com que ele disponha de um acervo de experiências que lhe foi transmitida por sua interação com outros falantes. Essa interação, direta ou indiretamente, lhe dá uma orientação teórica. Assim se explica que encontremos elementos de firme teorização em vários autores séculos antes que se estabelecesse a teoria da literatura. Mas não é por acaso que essa firme intuição teórica se encontre em escritores cujos nomes não foram esquecidos. Ou seja, aquele que teve o “achado” a que nos referimos seria de uma ingenuidade atroz se recorresse a tais exemplos para se contentar com a “teorização” que captou pela simples interação com seus patrícios. Onde está a diferença? Em que a intuição teórica de peso se verifique não em um escritor qualquer, senão em um que foi relativamente isentado do completo esquecimento. Recorde-se brevemente um exemplo que nos reconduz ao caso relatado por Valéry. Conhecem-se hoje composições que Mozart escreveu com cinco anos de idade. Ele as escreveu porque era o gênio que reconhecemos ou porque já então aprendera a escrever música?

Em suma, seria urgente repensar a articulação entre o ensino teórico e aquele que enfatiza o conhecimento de uma certa literatura. Por nossa separação esquizofrênica, estimulamos que professores e alunos de literatura considerem seus “achados” como suficientes por si mesmos. Mantida aquela separação, o curso se torna mais do que fragmentado, na verdade desconjuntado. A essa qualificação, acrescenta-se a segunda: o curso de letras apresenta um leque restrito do que se considera digno de aprendizagem. Assim o digo tentando visualizar em que estado terminará o aluno de letras sua graduação. Admitamos para efeito de raciocínio o caso ideal, embora praticamente irrealizável, do aluno que consiga soldar o que lhe foi ensinado de maneira dispersa. Ele concluirá seus anos universitários com algum conhecimento da literatura composta na língua que ele já falava, se não dominava, antes de ingressar no curso superior; a seu lado, disporá de uma informação bastante rala de seu fundo

histórico, fornecida pelos seis cursos de latim e grego, um menor de seu contorno imediato, o hispano-americano, além do praticamente insignificante referente a outras literaturas, cuja línguas, a julgar pelas exigências curriculares, ele desconhecerá – os dois cursos de comparada. Como os cursos de teoria são optativas, nada impedirá que o aluno termine sua graduação sem tomar conhecimento de sua existência ou que, fazendo de um a quatro optativas de teoria, as considere como uma obrigação que teve de cumprir para completar seu número de créditos. (Como notará quem me escute ou venha a ler, falo como alguém que se dedica ao estudo da literatura. Por isso minhas considerações não se estendem aos que se dedicarão à linguística).

Tudo o que até agora se apresentou faz parte do que restou do que seria meu projeto inicial de apresentação. Para encerrá-lo, ao mesmo tempo que abro o caminho para o segundo trajeto que então me tracei, apresento uma variável que ainda não abordei: a relação entre o estudo da literatura e o critério de nacionalidade. Por que, perguntemo-nos, por mais que prezemos nossa nacionalidade, não podemos deixar de ter em conta que, como dizia Antonio Candido, ainda no prefácio à primeira edição de sua *Formação da literatura brasileira*:

A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas... Os que se nutrem apenas delas são reconhecíveis à primeira vista, mesmo sendo eruditos e inteligentes, pelo gosto provinciano e falta de senso de proporções. Estamos fadados, pois, a depender da experiência de outras letras (...) (Candido, A.: 1957, 9-10)

Ora, apesar da reconhecida relevância concedida à obra de Antonio Candido e independente do fato de que ele, Candido, não poderia ser tomado como um defensor do papel que aqui temos dado à reflexão teórica, à sua incisiva observação continuam surdos os responsáveis pela formulação do curso de letras, no Brasil. Em consequência, a figura do aluno ideal a que já nos referimos assume um aspecto caricato: ele é ideal porque seguiu bastante bem as matérias que lhe ensinaram. Mas, exatamente por isso, ele é alguém que passa à margem do fenômeno literário. E o pior, se ele, acatando as exigências do curso, aprender a

dominar gramaticalmente a língua que já falava e levando a sério as mínimas informações sobre seu contorno hispano-americano, desenvolver ao menos a capacidade de ler em castelhano, mesmo por sua obediência às normas de seu curso encontrará uma enorme dificuldade de acompanhar a reflexão desenvolvida nos últimos cinquenta anos acerca do fenômeno literário. Por que assim? A razão mais banal está em que essa reflexão tem sido escrita sobretudo em inglês, em francês, em alemão ou também em italiano. Não entremos no motivo mais complicado: como desenvolver uma reflexão teórica sobre alguma área do conhecimento sem ao menos apontar para o horizonte do pensamento filosófico? E como, supondo que nossa figura do aluno ideal tenha compreendido que precisa afastar-se da norma que orientou seu curso e então percebido que precisa ter alguma capacidade de reflexão filosófica, irá ele penetrar nos labirintos platônico-aristotélicos, kantiano-hegelianos, da filosofia analítica ou da linhagem chamada desconstrucionista?

Como vocês vêem, já basta a formulação do esboço do primeiro projeto para compreendermos que ele seria a realização de um quixotismo afastado da comicidade da figura cervantina. Em vez de um Quixote cômico, nos aproximaríamos de um Quixote sem nenhuma graça, se não mesmo de um Quixote trágico.

Ao intitular esta palestra de “A Praga do beletrismo” procurei disfarçar a dramaticidade com que, de fato, vejo o destino que se reserva aos que, entre nós, se dispõem a se dedicar ao estudo da literatura. E, sabendo o que não é novidade para ninguém, o mínimo espaço ocupacional que se oferece ao graduado em letras – ou ingressar em uma pós, que não poderá ser muito diferente da medíocre base da graduação, para então candidatar-se a um posto de professor universitário ou esperar por sua contratação como professor de curso secundário, não sendo grande a diferença da miséria salarial que lhe espera – pergunto-me: por que não se tem cogitado de ampliar esse espaço ocupacional? Isso poderia ser feito preparando-se o aluno para tornar-se um editor de fato capacitado - isto é, responsável pela linha de publicações da área que domina, em substituição do editor responsável por tudo que a casa a que pertence

publicará – ou para se tornar um secretário/a capacitado na redação ou articulação de uma ou mais línguas ou para se tornar desde tradutor de uma certa língua até o capaz de exercer a difícil tarefa da tradução simultânea. Estou certo que um exame mais acurado e a comparação do que se faz em cursos semelhantes na Europa e nos Estados Unidos ampliaria bem mais o leque de possibilidades. Mas, voltando ao que se disse no começo, pouco adiantaria aqui intentá-lo – se conseguir chamar a atenção de alguém responsável pela elaboração do curso de letras já devo me dar por recompensado. Prefiro por isso concentrar-me nesta via que considero menos dramática. Que entendo por beletismo e por que o tomo como uma praga? Já a etimologia da palavra é significativa: derivado de belas-letras, adaptado do francês *belles lettres*, o beletista convicto mantém intacta a concepção que era própria do tempo em que o que chamamos literatura se entendia como *belles lettres*. Ninguém por certo pensará que as palavras apenas mudaram, mantendo-se intacto seu conteúdo. As belas-letras manifestavam o que se entendia por concepção retórica no uso da linguagem. Como não poderíamos aqui detalhá-la, recorde-se apenas que, na passagem do incrível legado intelectual grego para a Roma expansionista, a distinção que Aristóteles firmara ao escrever uma *Poética*, ao lado de uma *Retórica*, simplesmente desapareceu. Como se vê pela *Ars poetica* de um poeta, Horácio, e pela obra que gozará de tanto prestígio como a do retórico romano por excelência, Cícero, a poética é submetida ao tratamento retórico. Se a poética supunha a exploração das virtualidades da linguagem, para dela desenvolverem-se seus filões fundamentais, o trágico, o épico e aqueles de que Aristóteles não tratou ou que não sobreviveu ao tempo, o cômico e o lírico, a retórica era a *ratio dicendi* ou, dito de maneira mais precisa, a ela cabe “descobrir os meios reais e aparentes de persuasão (...)” (Aristóteles: *Ret.*, 1355 b). Muito embora Aristóteles a investisse de dignidade filosófica, comparando-a ao papel desempenhado pela dialética – cuja função seria descobrir o silogismo adequado para o caso, pelo pouco que dissemos, é evidente a distinção de seu objeto: embora contenha espécies diferentes, em todas elas a retórica procura amoldar a palavra à mesma função persuasiva. Essa submissão do uso da palavra ao

papel de persuadir reaparecerá com a redescoberta das letras clássicas a partir do Renascimento italiano. Seria interessante nos indagarmos por que os redescobridores da *Poética* não cogitaram em separá-la da onívora retórica. Mas isso não poderia ser feito sem o contato com dezenas e dezenas de tratados renascentistas de poetologia, em sua maioria escritos em latim e uma pequena parte em italiano. Ora, como poderia fazê-lo mesmo o nosso fantástico aluno ideal? Por acaso, com seu latim dito genérico? Antes mesmo de imaginá-lo diante dos Robortello, dos Castelvetro, dos Riccoboni, Summo e Trissimo, como podemos supor que ele encontraria esses tratados? Considerando-se a bibliografia utilizada pelo pesquisador que mais desenvolveu a questão, o norte-americano Bernard Weinberg, em sua *History of literary criticism in the Italian Renaissance* (1961), verificamos que ela preenche nada menos de 45 páginas, compostas em tipo pequeno, com mínimo espaçamento. Que biblioteca brasileira apresenta sequer um décimo do total arrolado e comentado por Weinberg? Em vez, portanto, de prenciar uma travessia que o nosso pesquisador não poderia realizar, recordemos passagem capital de Ludovico Castelvetro, que, como declara o título de sua obra, se propunha, em 1570, divulgar a *Poética* aristotélica. Em lugar de intentar a separação entre a poética e a retórica, Castelvetro se propunha nada menos que inverter um juízo estabelecido pelo pensador grego. Ao passo que este declarava que a poesia estava mais próxima da filosofia do que o que chamamos de relato historiográfico, Castelvetro justificava a subordinação da poesia à história, com base no seguinte silogismo:

A verdade é anterior à verossimilhança e a coisa representada é anterior à que a representa; por isso a verossimilhança depende por inteiro da verdade (...) e a coisa representante depende por inteiro da coisa representada. (...) Sendo a história narração conforme a verdade das ações humanas memoráveis e sucedidas e a poesia, narração conforme a verossimilhança de ações humanas memoráveis, passíveis de suceder e, sabido que a história é coisa representada e a poesia, coisa representante, [não será bastante a arte poética] se antes não se tiver notícia perfeita e distinta da arte histórica (Castelvetro, L.: 1570, 3)

Se meditarmos bastante sobre a passagem cujo miolo transcrevo, teremos condições de perceber que há duas espécies de beletrismo e que ambas são nefastas. Que diz, em síntese, Castelvetro senão que o enunciado poético há de se mostrar subordinado ao que de fato sucedeu? Literalmente, este é o programa do realismo, mais comumente representado pelo marxismo vulgar. Neste caso, com frequência, o autor ou o crítico realista se apresenta como antibeletrista. Fundamenta-se em que não considera a literatura pela forma senão pelo que ela diz da realidade. Mas onde se enraiza sua base senão em um dos principais poetólogos renascentistas, de onde deriva a norma e a prática das belas-letas? O realismo vulgar, grosseiro, crasso, hoje divulgado pela rede mediática, constitui pois a primeira espécie de beletrista. Já a segunda espécie é constituída por aquele que acusa o autor ou o crítico realista de careta e antiquado. Para o beletrista anti-realista, a literatura, e a arte em geral, é o que, contrapondo-se ao tom quase sempre cinza da realidade cotidiana, oferece uma *promesse du bonheur*, algo que substituiria, a baixo custo, a religião, porque daria sentido à existência, sem exigir grandes sacrifícios de seu praticante.

Deixo por conta de vocês o desdobramento da primeira conclusão: *se o currículo de letras nos parece escandalosamente incompetente é porque de mantém uma visão beletrista da literatura. Por isso mesmo o curso de letras não sabe o que fazer com a reflexão teórica e os ditos teóricos da literatura não sabem o que fazer com seu objeto* E venho diretamente à segunda conclusão. Formulo-a a partir de uma pergunta: como se explica que tenhamos chegado a esse beco sem saída? A resposta é bastante simples: foi durante as décadas de 1960 e 1970 que se operou, a partir da Alemanha e da França, com desdobramento quase imediato pelos Estados Unidos, uma drástica reviravolta na concepção da literatura. Não temos condições sequer de entendê-la se não tivermos antes cultivado uma boa base filosófica, pois não há teorização possível sem que se saiba pensar o objeto sobre o qual se teoriza. Por isso, embora tenhamos dezenas de professores de teoria, a prática teórica na verdade inexistente entre nós.

Referências bibliográficas

Aristóteles: *Art of rhetoric*, texto grego-inglês, tradução, de J. H. Freese, Loeb Classical Library, Harvard University Press, Cambridge, Mas, Londres, 2006

Candido, A.: *Formação da literatura brasileira (Momentos decisivos)* (1956), dois volumes, 6ª edição, Editora Itatiaias, Belo Horizonte, 1981

Castelvetro, L.: *Poetica d'Aristotele vulgarizzatta et sposta* (1570), reedição facsimil;ar, Wilhelm Fink Verlag, Munique, 1968